

# JK, Editora Abril e Globo: Popularização da literatura nos anos de nacional-desenvolvimentismo<sup>1</sup>

JK, Editora Abril and Globo: Popularization of literature in the years of national-developmentalism

**Gabriel Alves Mendes**

Graduando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

bereumendes@gmail.com

**Raimunda Tereza Faria Marques**

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

raymundamarques9@gmail.com

**Silvana Seabra**

Professora Adjunta - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

silhooper@gmail.com

**Recebido:** 27/11/2023

**Aprovado:** 06/02/2024

**Resumo:** Na década de 1950, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil passou por uma nova onda de modernização também de cunho nacional-desenvolvimentista, agora travada no campo das discussões dos anos 50 e 60. A mídia e a comunicação não ficaram de fora desta esfera, da qual surgiram diversas editoras com o propósito de ampliar o mercado consumidor. Neste contexto, surge a Editora Abril, que foi responsável por moldar formidáveis mudanças no cenário de produção e consumo destes materiais no Brasil, com a produção e divulgação de livros, dentre eles clássicos da literatura; revistas; enciclopédias e jornais, com um perfil mais popular. O caráter massivo e industrial garantia preços mais baixos, que ampliaram acesso de camadas mais baixas da população. Algumas formatações também se somaram à iniciativa, como a criação de livros de bolso, a expansão da distribuição e também certos *designs* que tornavam os produtos mais atraentes e mais fáceis ao consumo popular. Para além da Editora Abril, algumas outras iniciativas acompanharam também o cenário, como a Editora Globo.

---

<sup>1</sup> Este texto é parte de Projeto de Iniciação Científica financiado pelo FIP/PUCMinas (Fundação de Apoio a Pesquisa) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais sob o título de Memória e conhecimento popular no Brasil: o caso Enciclopédia Conhecer.

**Palavras-chave:** Editoras, Literatura, modernização e popularização.

**Abstract:** In the 1950s, especially during the government of Juscelino Kubitschek, Brazil went through a new wave of modernization also of a national-developmental nature, now taking place in the field of discussions of the 50s and 60s. Media and communication were not left out of this sphere, from which several publishers emerged with the purpose of expanding the consumer market. In this context, Editora Abril emerged, which was responsible for shaping formidable changes in the scenario of production and consumption of these materials in Brazil, with the production and dissemination of books, including literary classics; magazines; encyclopedias and newspapers, with a more popular profile. The massive and industrial character guaranteed lower prices, which increased access for lower sections of the population. Some formats were also added to the initiative, such as the creation of pocketbooks, the expansion of distribution and also certain designs that made products more attractive and easier for popular consumption. In addition to Editora Abril, some other initiatives also followed the scenario, such as Editora Globo.

**Keywords:** Publishers, Literature, modernization and popularization.

### Introdução

Quando nos debruçamos sobre o que qualificamos de moderno – logo nos deparamos com outras nomeações derivadas, que buscam precisar melhores facetas e desenvolvimentos específicos, como os termos já recorrentes de modernização, modernidade ou pós-modernidade. As precisões destes conceitos não alcançam total consenso, mas em geral concordam em localizá-los numa relação temporal. Miranda ressalta que tais processos podem ter representações distintas, tanto em temporalidades diferentes quanto também a locais diferentes (MIRANDA, 1999).

A modernidade é um termo que expressa a efervescência de novos ideais ou paradigmas que surgem como a razão, o novo, ou como a sobreposição do antigo para o novo (LE GOFF, 2003). Na América Latina, o termo também foi, e ainda é debatido, grande parte em função da caracterização do continente no concerto das nações ocidentais. Mais recentemente, Canclini realizou uma longa análise processual da questão expondo os principais pontos que descrevem a modernidade em solo latino americano (CANCLINI, 2012).

Expresso em campos, sobretudo culturais, a modernidade se mostra um fenômeno que sofre a influência de diferentes esferas daquilo que usualmente chamamos de cultura *strictu sensu*. Desta forma, molda-se como a própria vida cotidiana e a interação dos indivíduos que fomentam tal cultura. Dessa forma a modernidade é uma espécie de “fato total” como a nomearia Mauss (MAUSS, 2003). Assim,

Ao invés de estabelecer continuidades no interior de um sistema fechado - a modernidade como um todo unitário - interessa considerar os deslocamentos e agenciamentos de experiências do moderno como um espaço privilegiado para se investigar de que forma a emergência de novos valores culturais irá ampliar as alternativas de escolha e experimentações dos indivíduos e comunidades. (MIRANDA, 1999, p. 270).

Num consenso básico, os historiadores apontam que a ruptura entre antigos e modernos se dá principalmente com a revolução industrial na segunda metade do século XIX e no século XX, seguindo uma tendência mais estrutural de mudanças, embora desde o século XVII o tema já era debatido em relação à tradição da antiguidade<sup>2</sup>. A modernização, nesse sentido, está associada a diversos elementos dos meios de produção e em estruturas políticas, culturais e econômicas de um local. Para Le Goff:

Quase todas as nações atrasadas se encontraram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional. Um pouco por todo o lado distinguiu também a modernização econômica e técnica da modernização social e cultural. (LE GOFF, 2003, p.179)

Dessa forma a modernização, não está somente nas transformações econômicas, mas envolveu, sobretudo, questões referentes às formações identitárias nacionais (*Ibidem*, 2003). Embora afastados por séculos, a modernização no Brasil, e na América Latina como um todo, se aliou também aos processos de formação ou reforço de identidades nacionais, nos anos 50 e 60 do século XX a modernização, se aliou a uma ideologia desenvolvimentista nacionalista. Nesse quadro é que encontramos a adjetivação do moderno pela aceleração. No nosso caso e em outros espalhados pela periferia do capitalismo (Índia, África, América Latina), significa um processo que denotamos como “tardio”. Nesse quadro, o tardio qualifica o ritmo de um processo que parece inevitável, e só faz sentido quando comparado à sua matriz europeia ou norte-americana.

---

<sup>2</sup> Este debate ficou conhecido como a "Querelle des Anciens et des Modernes" - Querela dos Antigos e Modernos – e pode ser descrita como uma guerra intelectual que agitou o mundo artístico e literário no século XVII na França, no qual havia um embate entre duas correntes: os Clássicos, autores que defendiam a superioridade das obras da antiguidade; e os Modernos, que argumentam que as obras clássicas não eram insubstituíveis, e que deveria haver uma renovação artística, literária e intelectual. (DEJEAN, Joan. Antigos Contra Modernos: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle. 2005).

Segundo Silva ocorreu uma aceleração da modernização em meados do século XX que ocorreu no Brasil dos anos de 1945 a 1964, pautada na intervenção do Estado para realizar transformações sociais, culturais, econômicas e urbanas, através de políticas verticais e, por vezes, autoritárias, para realizar transformações sociais, culturais, econômicas e urbanas (SILVA, 2018). O autor ainda reforça ainda, que não apenas a economia mudava, mas também os valores sociais foram graduais e num ritmo diferente da economia, que era o carro-chefe dessas alterações. Como sempre a cultura é um tempo de longa duração, como diria os Annales, em especial Braudel, como diria os Annales, em especial Braudel, e as transformações foram lentas. Além disso, as novas ideias e concepções sobre os fenômenos que derivavam da modernidade foram gradativas e não se expressaram de maneira homogênea. Entende-se que a *modernidade acelerada* é um processo de modernização onde ocorrem significativas mudanças em um período de tempo rápido, que destoa dos ritmos usuais da cultura e dos valores. Dessa forma a modernização acelerada se manifesta como um momento de um processo que contém algo de exógeno ou artificial também.

Wander Mello observa que “a mobilização de estereótipos nacionais está apenas cumprindo o papel de favorecer a expansão do capital internacional, através do alibi da integração entre culturas” (MELLO, 1999, p.266). Esse mecanismo pode ser reconhecido nos processos de modernizações nacionais e atuaria como uma força homogeneizadora, de caráter interno.

De acordo com Prado, a presença do Estado foi importante protagonista, neste processo de modernização brasileira, agindo diretamente e atuando como o agente aglutinador do processo (PRADO, 2008). Nessa perspectiva modernizadora, dos anos 50, uma das características mais marcantes foi a proposta de aceleração do processo.

Mas, para tanto, seria necessário queimar velozmente etapas, comprimindo o tempo e adiantando o relógio da história - "50 anos em 5" diz um outro slogan, síntese do período- para que o futuro desejado se tornasse presente. O corolário da velocidade é o progresso; sua linearidade cronológica é a medida do tempo homogêneo e vazio: tudo e todos são colocados numa mesma temporalidade que visa a dar um significado homogêneo- por definição excludente e centralizador - ao que é heterogêneo (MELLO, 1999, p.267).

A extensão desse fenômeno atingiu todas as áreas, inclusive a do conhecimento. Era importante modernizar não apenas os processos produtivos, mas também era necessário a formação de um novo homem, um homem moderno com uma visão moderna do mundo. Tampouco se trata da formação de uma mão de obra específica, é necessário inventar um sujeito

dotado de um projeto modernizante e que possa garantir desde sua singularidade, de sua individualidade que o mundo seja resultado e causa de um novo modelo de sociedade. No campo do conhecimento, o sujeito latino americano, no caso, o brasileiro também deve acompanhar a modernização, sua socialização não pode ser contida pela educação tradicional da família, deve agora alargar-se e avançar na ideia mundo.

Embora esta perspectiva tenha se formado desde, sobretudo, a formação do Estado-nacional, no século XX, também agora deve ser assegurado que os meios sejam expandidos, a busca do conhecimento deve ser desejada como parte na formação desse sujeito. Neste sentido, procuramos entender como o processo de modernização em território brasileiro, especialmente nos anos de 1950 e 1960, no mandato presidencial de Juscelino Kubitschek, foi importante para a popularização da literatura clássica e ficcional no Brasil, para a formação de hábitos de leitura que incluam acesso popular. Na verdade, podemos pensar que este novo horizonte de conhecimento popular moldaram as novas formas novas de visão de mundo, ao mesmo tempo em que também eram resultado do que denominamos “ser moderno”.

### **Nacional-desenvolvimentismo e anos JK**

Desde o encerramento do segundo governo de Vargas, podia se notar um Brasil com muitas transformações, passando por um acentuado processo de modernização tanto nos planos políticos quanto no econômico. A aliança política entre o Partido Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) possibilitaram a eleição de Juscelino Kubitschek, que lançou-se

bem cedo, quando ainda era prefeito de Belo Horizonte e, depois, governador de Minas Gerais. Mas foi em sua campanha à presidência da República e, sobretudo, durante sua administração que o desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo se consolidou como um estilo de governo e como um projeto social e político para o Brasil, cujos traços essenciais eram o comprometimento com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista. (MOREIRA, 2003, p.159)

Durante o governo JK (1946-1964) o desenvolvimento econômico do país por meio do projeto nacional-desenvolvimentista foi considerado uma revolução industrial brasileira. O famoso Plano de Metas, programa que possuía seu slogan “50 anos em 5”, já em seu título deixava explícita a forma “rápida” como o processo de desenvolvimento deveria ocorrer. Suas metas eram divididas entre setores como energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, aprofundando cada vez mais o processo de industrialização. O modelo acompanhava

os famosos planos econômicos de “metas”, que acompanhariam as décadas do pós-Segunda Guerra Mundial. Uma ideia que varreu o mundo, se iniciando na URSS e alcançando países liberais como USA e o mundo europeu (HUBER, 2017).

Segundo Maranhão, o programa objetivava elevar o nível da população através da modernização do país, além de garantir a forte intervenção do Estado, bem como sua grande visibilidade (MARANHÃO, 1981). Este impulso direcionou ao Estado "a tarefa de viabilizar uma agenda de crescimento econômico acelerado, aprofundou o processo de industrialização e privilegiou o setor industrial e bens de consumo duráveis, alterando hábitos e o cotidiano da população" (SCHWARCZ e STARLING, 2018 p. 415).

Juscelino alcançou sua fama e visibilidade provavelmente por conseguir fazer do Plano de Metas dentro de uma condição de normalidade política, com o funcionamento pleno das instituições nacionais (GOMES, 1991). O projeto que tornou o Brasil moderno nestes anos pode ser considerado inclusivo internacionalmente, abrindo as portas para a modernidade que se constituía internacionalmente, com destaque para os processos do pós Segunda Guerra Mundial. Uma vez que o país se dividia em uma parte ainda atrasada e outra moderna caminhando para o desenvolvimento. Schwarcz e Starling afirmam que,

A confiança que Juscelino depositou nesse projeto de Brasil foi contagiosa, e não é muito difícil entender o porquê. O projeto de JK sustentava-se na crença de que a construção de uma nova sociedade dependia da vontade do Estado e do desejo coletivo de um povo que, enfim, teria encontrado seu lugar e destino. (SCHWARCZ e STARLING, 2018, p. 417).

O governo realizou muitas articulações e alianças entre diversos grupos sociais, desde os setores econômicos privados, passando por setores políticos tanto mais à direita, quanto à esquerda, e passando também com a adesão de intelectuais. Pode-se dizer que a modernização era um consenso, embora questões relativas ao seu agenciamento pudessem se diferenciar sem romper com a base pela união na busca de avanços econômicos. Portanto, tal projeto obteve potencial agregador junto a intelectuais, como foi o caso do movimento de caráter civil o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado por um grupo de intelectuais no Rio de Janeiro, com finalidades de estudos, ensino e divulgação de ciências sociais. O instituto desenvolveu um papel essencial no âmbito político e intelectual na década de 50, por meio de elaborações de análises e exposições da situação política, econômica, social e cultural do país.

Outro ponto é como o país ultrapassou o subdesenvolvimento no setor cultural nos "anos dourados":

A fórmula do reformismo desenvolvimentista, à noção-chave do subdesenvolvimento e a compreensão de que o povo brasileiro era o agente da transformação de sua própria história amadureceram entre os tecnocratas do governo e os intelectuais da academia; também viveram uma afloração e uma maturação particulares no campo da cultura, e tornaram-se rapidamente objeto de construção estética e produção artística. (*Ibidem*, p.418)

Assim, através do desenvolvimento em diversas áreas, houve uma crescente participação das camadas populares no cenário político e na construção de estratégias para vencer o subdesenvolvimento. O país, de fato, parecia acelerar-se também na cultura por meio de uma proposta de cinema, de música e também de literatura, avançando significativamente em criatividade própria e também na oferta por uma cultura nacional própria, mesmo que com diálogos com a produção internacional. A vista disso é necessário entender o crescimento das editoras para compreender a sua participação neste momento em que se popularizou razoavelmente a literatura clássica naqueles anos de desenvolvimento acelerado.

### **O desenvolvimento das editoras no período nacional-desenvolvimentista**

Durante o período em tela, ocorreu também, dentre os diversos setores um grande desenvolvimento, um avanço na área da comunicação, em especial na mídia. Durante a década de 1950, o surgimento de importantes meios de comunicação, que foram responsáveis pela criação de uma comunicação de massas em amplitudes nunca antes vistas. Este desenvolvimento não se restringe apenas aos anos da nacional-desenvolvimentista, mas é durante este período que se dá a entrada definitiva do Brasil numa cultura de massas.

As possibilidades de expansão durante o governo de Juscelino Kubitschek eram diversas. Havia um grande estímulo financeiro para desenvolver e modernizar o Brasil, e isto possibilitou com que as editoras acompanhassem este processo de modernização, que abarcou o campo da cultura e da comunicação durante o que ficou denominado de os “anos dourados”.

Nos anos de 1930 a 1950, o Brasil já havia passado pelas reformas de Getúlio Vargas, que transformou o Estado brasileiro (MILTON, 2010). Este processo implicou em um desenvolvimento da comunicação associada à educação como a maior taxa de escolarização e, conseqüentemente, de alfabetização, além de um crescimento significativo no mercado de

trabalho, conseqüentemente a uma mudança nas condições de vida e na mentalidade que, de acordo com Braudel, é um campo estrutural e que não acompanha as mudanças ocorridas pelos eventos e pelas conjunturas, logo requer um maior tempo para se adaptar aos novos cenários, fazendo com que lentamente este campo sofra com as mudanças trazidas pela modernização, é o chamado tempo de longa duração (BRAUDEL, 1985). Graças à modernização crescente do país, o público alvo destas editoras passou a não ser não mais apenas as elites, mas se dirigia agora às se dirigia agora às grandes massas. Quanto mais leitores, maior o crescimento no campo da leitura, e no mercado que envolve as editoras.

Uma editora em específico surge no ano de 1950, e é essencial para a modernização e a conseqüente popularização da literatura no Brasil: a Editora Abril. Criada em 1950, por meio de sociedade entre Giordano Rossi e Victor Civita, foi à editora com o maior crescimento e estabilidade do século XX no Brasil (HALLEWELL, 2017). Desde publicações de obras em domínio público por coleções, passando por revistas e a grande inovação da editora que foram os fascículos, a Abril foi importante para promover a distribuição destes materiais, com um cenário de consumo favorável ao desenvolvimento intelectual de uma maior parte da população brasileira. O autor ainda explica que a Editora Abril começa sua trajetória no mercado das revistas, com importações de obras do exterior, especialmente dos Estados Unidos como algumas obras de Walt Disney, além de gradativamente se envolver na criação de suas próprias revistas.

Especialmente com as obras destinadas ao público infantil, seus passos iniciais nos anos de 1950 foram primorosos para a fomentação de um hábito de leitura infanto-juvenil. A editora também apostou no investimento de bancas de jornal, o que abrangiu um público muito maior, alastrando o acesso destas produções para uma parcela maior da população. De acordo com Neres: “A possibilidade de venda de livros em bancas de jornal aproximou, portanto, o leitor médio de uma realidade que não o atraía de início; passou a ter contato com uma variedade de livros e autores diferentes daqueles que conhecia no colégio.” (NERES, 2014, p. 53).

A editora foi pioneira na venda de periódicos em bancas de jornal. O desenvolvimento e investimentos da editora para viabilizar a compra destes materiais, que possuíam um valor menor e poderia ser comprado semanalmente ou mensalmente, como ressalta Hallelwell, possibilitou a obtenção destes conteúdos para um maior número de pessoas (HALLEWELL, 2018). Os temas de tais periódicos eram diversos, desde revistas ligadas ao mundo entretenimento ligadas ao mundo entretenimento, que eram o carro-chefe da editora, até coleções de literatura clássica ou

enciclopédias, que ao final das edições era encadernada com todos os periódicos e se formava a enciclopédia completa. Além do valor cultural, estes itens possuíam um valor estético e social, e possibilitava às classes de menor poder aquisitivo também pudessem adquirir estes materiais.

É nesse sentido que se pode examinar a materialidade de um livro literário, pois justifica-se a associação entre “materialidade” e “sentido”, numa confluência que converge para a “cultura material” da literatura e, portanto, para a própria história cultural, tendo o livro, enquanto objeto, como um dos elementos reveladores de orientações estéticas e ideológicas. (ARAÚJO NETO, 2006, p. 134)

Embora a editora só fosse atingir o seu ápice durante a Ditadura Militar (1964-1985), estes anos iniciais de sua criação e exploração de novas formas de distribuição e produção foram de suma importância para que a Abril se consolidasse no mercado editorial brasileiro.

Outra importante editora que floresceu durante o período de governo de Juscelino Kubitschek foi a Editora Globo. Fundada como uma seção editorial da Livraria Globo, no Rio Grande do Sul em 1931, a expansão da editora foi notável nos anos seguintes. Dentre as ações de Henrique Bertaso, dono do empreendimento neste período, foi a expansão da editora em filiais fora da região sul, a distribuição em larga escala e, principalmente, o pioneirismo na tradução e distribuição de obras internacionais, como as norte-americanas (BATISTA, 2008). Este foi responsável por ser o carro-chefe da editora e seu grande diferencial até a década de 1950, quando ocorreu uma maior produção de outras obras, como os guias técnicos, revistas e, posteriormente, gibis (HALLEWELL, 2017).

Estas novas publicações da Editora Globo só foram possíveis graças ao desenvolvimento do mercado editorial durante o período nacional-desenvolvimentista, já que no período da Segunda Grande Guerra e também logo após o seu término o Brasil sofria com a falta de abastecimento de papel, e de taxas de exportação dos livros para o exterior, o que dificultou com que neste período antes dos anos 50 houvesse maiores inovações na área editorial (*Ibidem*), além de estagnar as exportações, só voltariam a crescer no começo dos anos de 1960.

Mesmo com essas dificuldades, a Editora Globo conseguiu prosperar no período pós-guerra graças ao cenário econômico proporcionado pelos planos nacional-desenvolvimentistas. A editora apresentou um considerável crescimento e estabilidade durante a década de 1950. Sua importância no pioneirismo das traduções de obras literárias é essencial para compreendermos como tais obras conseguiram ser difundidas pelo Brasil durante

o século XX, e mesmo com as crises de distribuição e exportação no período pós-guerra, a Editora se manteve estável em sua produção e distribuição no território nacional.

### **Livros de bolso e a tentativa de popularizar a leitura**

O Livro de Bolso faz parte da tentativa de popularizar a leitura, trazendo-o para as classes médias, já que no século XX a compra de livros tinha custo alto. Culturalmente o hábito de leitura era tido como algo elitizado, além das taxas de analfabetismo que ainda eram altas naquele período (Tabela 1). Isso se deve também a uma fraca escolarização do Brasil, cujas raízes coloniais portuguesas haviam secundarizado os aspectos ligados a um conhecimento científico e racional (LOVISOLO, 1992).<sup>3</sup>

**Tabela 1** - Analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil 1900/2010

Ano	População com 15 anos ou mais (em milhares)		
	Total <sup>1</sup>	Analfabeta <sup>1</sup>	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6
2010	144.814	13.933	9,6

**Reprodução:** BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, p. 24-46, 2017.

Durante o século XX, em países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Inglaterra, foram feitos avanços nas produções e distribuições de livros mais acessíveis para a população,

<sup>3</sup> Interessante observar que no caso do Brasil com a colonização portuguesa, como explica Lovisolo (1992), diferentemente matriz espanhola, as universidades foram proibidas, denotando o aspecto controlado do conhecimento e a manutenção do forte aspecto pré-moderno das letras.

como o *paperbook*: livros com capa de papel ao invés da tradicional capa dura, que fizeram com que o preço destes produtos se tornasse palpáveis para a maioria da população (HALLEWELL, 2017). Em suma, as editoras pensavam no livro de bolso como uma forma de “produzir livros de menor custo editorial-gráfico, focalizando temas inerentes à contemporaneidade e à universalidade, e difundir a cultura a expressivas camadas da população” (DE OLIVEIRA, 2007, p. 12).

No entanto, no Brasil, os livros de bolso não tiveram tamanho impacto nas vendas apesar de sua intenção, mesmo sendo uma tentativa constante das editoras dos anos de 1930 até a década de 1960. A Editora Globo já tentou fazer coleções de preços populares, como a Coleção Globo, em 1930, que custava quase metade do preço original das obras. Mesmo com o preço mais acessível, a coleção não teve um número alto de vendas, e outras tentativas foram barradas por dificuldades na distribuição de papel durante a Segunda Guerra Mundial (BATISTA, 2018).

Vários fatores contribuíram para tal resultado. Podemos citar dentre eles um resquício histórico de uma baixa alfabetização da população, e; o desinteresse de criação de pontos de vendas mais diversificados, como os ambientes de grande circulação, a exemplo das vendas destes livros em farmácias e mercados e supermercados; e também a percepção de inferioridade em relação aos livros ditos como “normais”, comparando tanto seus materiais e aspectos visuais como seu preço. Isto demonstra igualmente um aspecto de distinção do objeto-livro, que no Brasil parece ter permanecido apesar das tentativas de popularização. Neres salienta que todo esse panorama estava relacionado à obtenção do livro como uma posição de poder e status, e a aquisição dos livros tidos como populares eram uma forma de reforçar a posição social destes indivíduos, além do apelo estético e colecionável que os livros possuíam:

[...] houve uma rejeição do público leitor brasileiro às edições de bolso, principalmente por acharem que esses livros eram de baixa qualidade. Isto porque o fator de economia na edição, por se tratar de uma produção mais simples, era antecipado ao leitor, os quais projetavam no objeto dos livros um símbolo de status social. (NERES, 2014, p. 53)

Porém, ao analisarmos o impacto do livro de bolso, mesmo não representando grande número de vendas, já possuía um alcance considerável em território nacional, percebe-se que cumpriu parcialmente com seu papel de popularização tais materiais (HALLEWELL, 2017). A produção dos livros de bolso não cessou mesmo com as vendas não atingindo os resultados esperados, e conseqüentemente, a aceitação da população ao material foi se tornando maior ao

longo do século XX, já que a mesmo lentamente, iam se formando os novos moldes mentais do valor de ser moderno no Brasil.

### Considerações finais

Tendo em vista o cenário da década de 1950, com todas as dificuldades de exportação de papel no período pós-guerra e uma tentativa de rápida modernização no Brasil, há uma incerteza em como o comércio dos livros e o mercado editorial estariam se desenvolvendo nesta década. No entanto, os esforços para alavancar a produção e a venda dos livros renderam bons resultados, especialmente ao final desta década. Hallewell nos mostra que a produção, a exportação e importação no governo de Juscelino Kubitschek tiveram um aumento significativo (HALLEWELL, 2018). A produção teve um aumento de 49,5% durante seu mandato, enquanto a taxa de importação se manteve estável e a exportação aumentou em mais de 3000%, atingindo seu pico no ano de 1959 (Tabela 2). Durante o último ano de governo de Juscelino Kubitschek, houve o maior número de exportações até o ano de 1964: 394.870kg de livros foram impressos no Brasil para a venda ao mercado externo. Pode-se perceber que os investimentos para o desenvolvimento do mercado interno durante o mandato de Kubitschek se expressaram de forma positiva.

**Tabela 2** - O comércio do livro no Estado Novo e na república “populista”

TABELA 22 (CONT.). O COMÉRCIO DO LIVRO NO ESTADO NOVO E NA REPÚBLICA “POPULISTA”						
Ano	Produção				Importação	Exportação
	Titulos	Exemplares				
	Livros*	Livros	Folhetos	800(%)	Livros (em kg)	Obras impressas (em kg)
1956	3 480	27 623 000	13 894 000	13,40	2 114 000	1 264
1957	3 592	33 952 000	13 331 800	11,70	1 862 000	5 106
1958	3 786	39 340 000	16 940 000	12,53	1 650 000	13 584
1959	4 015	41 294 961	14 940 040	11,08	2 065 000	47 000
1960	3 953	36 322 827	14 886 182	8,43	1 630 000	38 000
1961	3 168	29 169 952	10 955 652	8,51	1 831 000	394 870
1962	3 538	66 559 000	19 601 700	13,60	1 263 000	98 444
1963	4 010	54 222 606	26 158 347	8,56	1 443 000	93 486
1964	3 882	51 912 564	17 174 542	22,40	1 458 563	285 465

\* O número total de livros e folhetos vê-se na continuação da tabela, em “Número de títulos por assunto”.

TABELA 22 (CONT.). O COMÉRCIO DO LIVRO NO ESTADO NOVO E NA REPÚBLICA "POPULISTA"

Número de títulos por assunto\*\*

Ano	Livros e folhetos										Total
	000	100	200	300	400	500	600	700	800	900	
1938***	0	26	0	166	37	19	85	12	203	73	1 022
1939	55	36	65	330	121	72	242	20	353	227	1 613
1940	39	37	69	336	137	92	249	19	432	212	1 678
1941	52	57	67	291	132	94	254	54	446	206	1 756
1942	50	32	58	232	141	91	191	25	420	218	1 564
1943	65	47	95	322	242	85	198	26	630	273	2 105
1944											?
1945											?
1946											?
1947											?
1948											?
1949											?
1950									947		3 965
1951											3 718
1952											3 208
1953									1 043		3 971

Apêndice I: Tabelas 887

TABELA 22 (CONT.). O COMÉRCIO DO LIVRO NO ESTADO NOVO E NA REPÚBLICA "POPULISTA"

Número de títulos por assunto\*\*

Ano	Livros e folhetos										Total
	000	100	200	300	400	500	600	700	800	900	
1954											3 390
1955	489	62	464	640	244	108	274	102	752	250	3 492
1956	392	132	544	1 382	243	104	327	171	928	427	4 650
1957	411	100	504	1 713	167	124	318	135	821	366	4 659
1958	501	74	526	1 358	399	208	305	177	973	390	4 911
1959	813	116	535	1 795	163	109	416	102	1 031	257	5 337
1960	665	114	481	1 403	130	89	406	271	937	230	5 377
1961	725	71	464	1 115	100	40	273	249	716	158	3 911
1962	654	88	516	1 275	109	49	455	118	958	190	4 506
1963	1 167	99	552	1 352	56	56	534	172	886	259	5 167
1964	843	118	481	1 294	33	42	470	177	1 141	210	4 972

888 Apêndice I: Tabelas

\*\* 000 = obras gerais; 100 = filosofia; 200 = religião; 300 = sociologia; 400 = linguística; 500 = ciência; 600 = tecnologia; 700 = arte e lazer; 800 = literatura; 900 = história e viagens. Os totais de 1960, 1962 e 1963 incluem, respectivamente, 651, 114 e 34 títulos omitidos da classificação por assunto. Os totais de 1939-1943 incluem, respectivamente, 92, 79, 103, 106 e 123 títulos de livros infantis, omitidos na classificação por assuntos.

\*\*\* Os dados de 1938 são relativos apenas ao Rio de Janeiro.

Reprodução: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Edusp, 2005, p. 886-888.

Os dados acima demonstram que a porcentagem relacionada à literatura (descrita pelo número 800 na Tabela 2) diminuiu durante este período, devido a um aumento de produções de tipos de livros mais variados, que não eram só restritos às traduções de obras literárias ou mesmo à produção e distribuição de obras nacionais. Porém, é importante notar que houve também um aumento no número de títulos durante este período, atingindo seu ápice em 1959. Este valor só

seria superado novamente no ano de 1964, o que mostra o esforço da produção e distribuição de mais obras de literatura no Brasil na década de 1950.

Também a educação foi fundamental para a popularização da literatura. Um dos destaques do período foi protagonizado pelo aumento de oportunidades na formação educacional brasileira. Em dados apresentados, no Plano de Metas (1958) é constatado que

Os déficits em matéria educacional eram graves. Para corrigi-los, traçaram-se metas compensadoras [...]. Concessão, para o ensino de grau médio, de 56.068 bolsas de estudos a alunos do Curso Ginásial; 9.106 a alunos do Curso Colegial; 36.534 aos do Comercial; 13.498 aos do Industrial; 14.492 aos do Normal e 11.308 aos dos Cursos Agrícolas . Total das bolsas de grau médio: 141.006 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, p. 96).

Mesmo que a educação fosse uma das metas do programa, as verbas foram menores do que a outras áreas, consideradas mais estruturais. De certa maneira, a meta educacional era vaga, programava uma maior atenção ao ensino técnico ao invés do ensino primário destinado às massas (Tabela 3). Em suma, priorizaram o ensino superior e técnico a fim de formar trabalhadores especializados. A tabela abaixo evidencia a diferença dos investimentos no ensino dos primeiros anos do governo de Juscelino:

**Tabela 3** - Gasto por estudante no ensino primário em relação ao gasto por estudante no ensino superior, Brasil, 1956–1959.

Ano	Gasto por estudante no ensino primário (1000 Cr\$, valores correntes)	Gasto por estudante no ensino superior (1000 Cr\$, valores correntes)	Coefficiente (gasto por estudante no ensino primário em relação ao gasto por estudante no ensino superior) (%)
1956	0,98	38,75	2,5
1957	1,18	59,63	2,0
1958	1,67	71,93	2,3
1959	1,89	98,65	1,9
<b>Média 1956–1959</b>			<b>2,2</b>

Fonte: Brasil, MEC (1959, 91) e IBGE, *Anuário estatístico do Brasil* (vários anos).

**Reprodução:** Kang, T H. Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930–1964. *Latin American Research Review*. 2017; 52(1), p. 35-49.

É nítido, que a educação, não era considerada um fundamento importante à economia, pelo menos não em curto prazo, como o restante dos planos do governo. Mesmo com poucos investimentos, é possível notar um aumento da alfabetização no país. Em consequência, o crescente índice de leitores em potencial, até mesmo em áreas com menos investimento, como foi o caso do ensino primário, que expressou um aumento de 90%. Para além da Tabela 3, Hallewell também levanta dados sobre alfabetização e matrícula no período de governo de Juscelino Kubitschek (HALLEWELL, 2018). A Tabela 4 aponta um crescimento expressivo na matrícula de diversos setores em seu mandato: no ensino primário, secundário e intermediário aumentaram em 9%, 47% e 22%, respectivamente; na graduação também houve um aumento de 13%.

**Tabela 4** - Matrícula escolar, alfabetização e população, 1930-1975

TABELA 13. MATRÍCULA ESCOLAR, ALFABETIZAÇÃO E POPULAÇÃO, 1930-1975										
Ano	Matrícula no início do ano escolar					População (em milhões)				
	Primário	Ginásio	Colegial	Escola normal	Superior	Total	Branços	Negros	Alfabetizados	
	Primário	Secundário		Intermediário	Graduação				Mestrado	Total
1935	2 413 594	93 829		22 080	26 887					
1940	3 302 830	170 057		25 151	20 017	41,11	26,17	6,04		10,38
O BRASIL ULTRAPASSA EM POPULAÇÃO A FRANÇA METROPOLITANA										
1945	3 496 664	25 6 467		27 148	26 757	46,22				
O BRASIL ULTRAPASSA A ITÁLIA EM POPULAÇÃO										
1950	5 175 887	406 920		33 436	44 100	51,98				
A POPULAÇÃO DO BRASIL IGUALA-SE ÀS ÁREAS FRANCÓFONAS DA EUROPA (FRANÇA, VALÔNIA, SUÍÇA) E AMÉRICA (QUEBEC E ANTILHAS)										
1955	6 292 599	603 518		60 286	66 072	58,46				
O BRASIL SUPERA EM POPULAÇÃO AS ILHAS BRITÂNICAS										
1956	7 141 284	817 078		84 511	87 603	1 983	64,12			
1960	7 458 002	910 283	173 544	93 600	93 202	2 489	69,79	42,84	6,12	31,57
1961	7 798 732	1 006 907	197 857	103 280	98 892	2 689	71,81			
1962	8 535 823	1 128 600	218 182	117 579	107 299	2 584	73,95			
1963	9 299 441	1 322 993	248 046	148 550	124 214	1 852	76,16			
1964	10 217 324	1 453 671	263 656	175 384	142 386	1 959	78,43			
1965	9 923 185	1 645 320	288 838	220 272	155 781	2 355	81,30			

Apêndice I: Tabelas 859

Reprodução: HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Edusp, 2005, p. 839.

Tais dados demonstram que havia mais pessoas sendo alfabetizadas no Brasil, abrindo espaço para novos leitores em potencial. Este cenário só se mostrou possível tendo em vista o plano de governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, onde mais pessoas

tiveram a oportunidade de estudos, e conseqüentemente, no mercado de trabalho, o que fomenta o aumento de produção e consumo dos livros neste período.

### Referências bibliográficas

- ARAÚJO NETO, Miguel Leocádio. **Sobre a materialidade dos livros e seus sentidos**. 2006.
- BATISTA, Karina Ribeiro. **A trajetória da Editora Globo e sua inserção no campo literário brasileiro nas décadas de 1930 e 1940**. PUCRS. 2008.
- BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 24-46, 2017.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História, [S. l.]**, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Debolsillo, 2012.
- CASTILHO, Denis. **Os sentidos da modernização**. UFG. 2010.
- OLIVEIRA, Livio Lima de. A revolução da brochura: experiências de edição de livros acessíveis no Brasil a partir dos anos 1960. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. 2007.
- DEJEAN, Joan. **Antigos contra modernos: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle**. Editora Record, 2005.
- GERMANI, Gino. **Estudios sobre Sociologia y Psicología Social**. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1966.
- GOMES. Ângela de Castro, FARO, Clóvis [et al]. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro : FGV, CPDOC, 1991.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Edusp, 2005.
- HUBER, Valeska. Introduction: Global Histories of Social Planning. **Journal of Contemporary History**, vol. 52, no. 1, 2017, pp. 3–15. JSTOR, <https://www.jstor.org/stable/26416510>. Accessed 27 Nov. 2023.
- KANG, T H. **Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930–1964**. *Latin American Research Review*. 2017; 52(1), pp. 35-49. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.42>.

- LOVISOLO, H. R. . **O positivismo, na Argentina e no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, v. 19, n.junho, p. 66-84, 1992.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Bernardo Leitão - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990
- MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek.** Editora Brasiliense, 1881.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MILTON, John. **A importância de fatores econômicos na publicação de traduções: um exemplo do Brasil.** Tradterm, v. 17, p. 85-100, 2010.
- MIRANDA, Wander Melo. **Emblemas do moderno tardio.** In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). Narrativas da modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 265-271.
- MOREIRA, Vânia Maria Lobato. **Os anos Jk: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural.** O Brasil Republicano; v.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 154 - 194.
- NERES, Gregory Oliveira. As adaptações literárias de clássicos para jovens leitores: o caso da editora Abril. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Produção Editorial)–Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.**
- OLIVEIRA, Silvana Seabra de. Para uma releitura dos anos 70: a cultura individualista. **Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1994.**
- PRADO, Maria Emilia. **Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60.** Haol, nº15, 2008, p.19-27.
- Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek.** Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de Junho de 1958. Rio de Janeiro.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Miguel. **Brasil: uma biografia.** 2ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p 412 - 436.